

Caso não esteja visualizando, [acesse o preview aqui.](#)

INFORME JURÍDICO

ANO XXV

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

09/ AGOSTO / 2021

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

STF JULGARÁ EXCLUSÃO DO ISS DO CÁLCULO DO PIS E DA COFINS

O julgamento será retomado com o voto do ministro Dias Toffoli
Por Joice Bacelo, Valor — Rio

[Leia Mais](#)

SÓ VALE O ISS

LEIS DE SP QUE INSTITUEM COBRANÇA DE ICMS SOBRE SOFTWARE SÃO INCONSTITUCIONAIS

Por Severino Goes

É inconstitucional a incidência do ICMS sobre o licenciamento ou cessão do direito de uso de programas de computador, prevista em leis do estado de São Paulo. Esta foi a decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, em uma ação cujo julgamento no Plenário Virtual da corte foi encerrado nesta segunda-feira (2/8). O entendimento foi acompanhado por outros 10 ministros e somente o ex-ministro Marco Aurélio registrou voto contrário.

[Leia Mais](#)

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA PASSARÁ A INTEGRAR PRIMEIRA TURMA DO STF

Com a mudança, o ministro que vier a ocupar a vaga do ministro Marco Aurélio irá compor a Segunda Turma.

[Leia Mais](#)

STF SUSPENDE JULGAMENTO SOBRE A MANUTENÇÃO DE ACORDOS COLETIVOS APÓS VENCIMENTO

O ministro Edson Fachin foi o primeiro a divergir e placar está em 4 x 2
Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

[Leia Mais](#)

STF COMEÇA A DISCUTIR POSSIBILIDADE DA PENHORA DO BEM DE FAMÍLIA DE FIADOR EM LOCAÇÃO COMERCIAL

O fiador recorre de decisão que manteve a penhora do seu único imóvel, dado em garantia de contrato de locação não residencial.

[Leia Mais](#)

ADI 4785 E 4786

FUX SE REÚNE COM GOVERNADORES DE MG E PA SOBRE PROCESSO DE TAXAS DE MINERAÇÃO

As ações discutem se os estados podem cobrar ou não a taxa e se as métricas de cobrança são razoáveis ou não

FLÁVIA MAIA

[Leia Mais](#)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA IGNORADA

STF DERRUBA DECRETO QUE MUDOU ICMS SOBRE ENERGIA ELÉTRICA SEM AUTORIZAÇÃO

Por Danilo Vital

O decreto do governo do Amazonas que atribuiu às empresas geradoras de energia elétrica a responsabilidade pela retenção do ICMS devido ao longo da cadeia econômica até o consumidor final é inconstitucional. A alteração teria de passar pelo Legislativo tanto para aprovação de lei que a permitisse, como para adesão ao convênio que permite a substituição tributária nas operações com energia elétrica.

[Leia Mais](#)

CÚPULA ELEITORAL

NUNES MARQUES É ELEITO PARA CARGO DE MINISTRO SUBSTITUTO DO TSE

No início da sessão desta quarta-feira (4), o Plenário do Supremo Tribunal Federal elegeu o ministro Nunes Marques para exercer o cargo de ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral, em vaga destinada ao Supremo aberta com a aposentadoria do ministro Marco Aurélio.

[Leia Mais](#)

Voto impresso x eletrônico

VOTO IMPRESSO FALHA NO STF E MINISTROS BRINCAM: MELHOR URNA ELETRÔNICA

Após confusão na apuração dos votos para ministro substituto do TSE, Lewandowski falou: "é melhor recorrer às urnas eletrônicas, porque essas não falham".

[Leia Mais](#)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PRIMEIRA TURMA ASSEGURA BENEFÍCIO FISCAL ONEROSO REVOGADO ANTES DO FIM DO PRAZO

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento ao recurso especial de uma empresa com a finalidade de manter a redução a zero das alíquotas de PIS/Cofins após a lei ter antecipado o fim do prazo de concessão do benefício. Por maioria, o colegiado considerou que a revogação antecipada violou o princípio da segurança jurídica, pois a empresa cumpriu condições específicas para ter acesso à alíquota zero.

[Leia Mais](#)

Imposto

IOF NÃO INCIDE EM ADIANTAMENTO SOBRE CONTRATO DE CÂMBIO, DECIDE STJ

1ª turma considerou ilegal a cobrança da alíquota de 0,38% de IOF nos ACCs - Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio.

[Leia Mais](#)

TERCEIRA TURMA FIXA CRITÉRIOS PARA A VALIDADE DA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ARBITRAL

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que, ao analisar pedido de nulidade do procedimento arbitral, reconheceu a ocorrência de decadência porque a impugnação, baseada exclusivamente no artigo 32, VIII, da Lei de Arbitragem, foi apresentada após o decurso do prazo de 90 dias previsto no artigo 33 da mesma lei. Além disso, o TJSP ressaltou que a matéria apontada não está prevista no artigo 525, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil.

[Leia Mais](#)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

RESTITUIÇÃO LIMITADA

LIMINARES APLICAM MODULAÇÃO DA "TESE DO SÉCULO" A CASOS TRANSITADOS EM JULGADO

Devido à modulação dos efeitos da chamada "tese do século", a União conseguiu duas liminares favoráveis à suspensão de decisões que garantiam o direito de empresas receberem de volta os valores pagos a mais com a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins.

[Leia Mais](#)

TRIBUNAIS LIMITAM VALORES DE PIS E COFINS EM CASOS DE ISS

Restrição é imposta a quem conseguiu o direito de excluir o ISS do cálculo das contribuições
Por Bárbara Pombo — De São Paulo

[Leia Mais](#)

FAZENDA PÚBLICA

EMPRESAS RECORREM À JUSTIÇA PARA MANTER DIREITO A CRÉDITOS DE ICMS

Discussão surgiu após o STF derrubar cobrança na transferência interestadual de mercadorias
Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Leia Mais](#)

MAIS DE UMA OPÇÃO

JUSTIÇA DÁ A FARMÁCIA POSSIBILIDADE DE USO DO CRÉDITO DO ICMS RESTITUÍDO

Por Ana Luisa Saliba

Por considerar que a forma imposta pelo fisco estadual para restituição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços não respeita o mandamento constitucional da imediata restituição do indébito tributário, a 2ª Vara Cível da Comarca de Campo Belo (MG) reconheceu o direito de uma drogaria requerer a restituição do crédito do ICMS através do creditamento em sua escrita fiscal ou pela transferência de créditos ao seu fornecedor.

Justiça reconhece direito de farmácia restituir crédito do ICMS-ST

[Leia Mais](#)

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

PLENO

CARF APROVA 25 NOVAS SÚMULAS

Textos que preocupavam tributaristas sobre controladas no exterior e denúncia espontânea foram rejeitados

BÁRBARA MENGARDO

FERNANDA VALENTE

MARIANA BRANCO

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) deu o pontapé inicial no semestre e aprovou 25 novas súmulas nesta sexta-feira (6/8).

[Leia Mais](#)

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

NÃO TENHO A VER COM ISSO

AGU DEFENDE A PRÓPRIA ATUAÇÃO DIANTE DOS R\$ 89 MILHÕES DE PRECATÓRIOS

Advocacia-Geral da União divulgou uma nota a respeito do valor de precatórios a serem pagos pela União no ano de 2022. A instituição frisou que sua atuação não pode ser considerada aquela necessária para garantir a mais adequada e correta defesa judicial da União, de suas autarquias e fundações públicas federais.

[Leia Mais](#)

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

ATENDIMENTO

NOVOS SERVIÇOS POR PROCESSO DIGITAL

A partir de agora, serviços relativos ao CAEPF e CNO que dependem de análise de um servidor da Receita Federal poderão ser solicitados via processo digital, aberto pelo próprio contribuinte no e-CAC. Receita Federal disponibilizou nesta segunda-feira, 02 de agosto, novos serviços que passam a ser solicitados por meio de processo digital. A partir de agora, o contribuinte não precisará mais entrar em contato com um atendente ou se dirigir a uma unidade presencial para obter estes serviços, bastando acessar o e-CAC, abrir o processo e juntar os documentos necessários.

[Leia Mais](#)

ORIENTAÇÕES DA RECEITA SOBRE 'CASHBACK' FAVORECEM CONTRIBUINTE

Com operações cada vez mais complexas, empresas recorrem a planejamentos tributários

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

[Leia Mais](#)

SOLUÇÃO DE CONSULTA

EMPRESAS NÃO PODEM DESCONTAR DO IR INDENIZAÇÕES PAGAS EM ACORDOS TRABALHISTAS

Ana Luisa Saliba

Os valores pagos a empregado a título de indenização por danos morais e materiais, fixado sem acordo homologado judicialmente, não constituem despesas necessárias, usuais e normais nas operações ou atividades da pessoa jurídica, pelo que, conseqüentemente, são indedutíveis na determinação do lucro real.

[Leia Mais](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

REFORMA DO IR PODE SER VOTADA NESTA TERÇA-FEIRA, APESAR DE PROTESTO DE ENTIDADES

Por Fernando Oliven - Comunicação Fenacon
52 entidades afirmam que as mudanças pretendidas pelo projeto de lei "trarão enorme recessão para a economia brasileira"
Adriana Fernandes, do Estadão Conteúdo

[Leia Mais](#)

RELATOR DA REFORMA EXCLUI TAXAÇÃO SOBRE PARAÍSO FISCAL E CONTA COM RECEITA TEMPORÁRIA DO EXTERIOR

Por Fernando Oliven - Comunicação Fenacon

Deputado Celso Sabino apresentou uma nova versão do projeto excluindo a regra do Imposto de Renda

[Leia Mais](#)

SENADO FEDERAL

PL 4728/2021

SENADO APROVA PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, O NOVO REFIS

Parecer do novo Refis prevê desconto de até 90% nos juros e multas
BÁRBARA MENGARDO, CRISTIANE BONFANTI, ÉRICO OYAMA

[Leia Mais](#)

APROVADA SOLUÇÃO PARA COBRANÇA DE ICMS EM TRANSAÇÕES INTERESTADUAIS; TEXTO VAI À CÂMARA

Por Fernando Oliven - Comunicação Fenacon

Proposições legislativas

- PLP 32/2021

[Leia Mais](#)

CÂMARA APROVA MP QUE SIMPLIFICA ABERTURA DE EMPRESAS; TEXTO SEGUE PARA SANÇÃO

Por Fernando Oliven - Comunicação Fenacon
Medida busca melhorar o ambiente de negócios no País. Foram rejeitadas as emendas do Senado

[Leia Mais](#)

PRECATÓRIOS

ENTENDA A POLÊMICA SOBRE POSTERGAR O PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

A União sempre manteve suas contas em dia. Mas o valor previsto para o pagamento de dívidas provenientes de decisões judiciais contra o Estado passou de R\$ 53 bilhões este ano para R\$ 90 bilhões, em 2022
Por Beatriz Oliven, Valor — Brasília

[Leia Mais](#)

PAULO GUEDES

GUEDES: PRECATÓRIOS ACIMA DE R\$ 66 MILHÕES TERÃO ENTRADA DE 15% E 9 PRESTAÇÕES ANUAIS

Valores de até R\$ 60 mil serão pagos integralmente, segundo o ministro; fundo com recursos de privatizações será criado

GUILHERME PIMENTA

[Leia Mais](#)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

DIREITO FINANCEIRO

PREFEITURA DE SP SANÇIONA LEI DO RETROFIT COM EXPANSÃO DO PERÍMETRO DE ABRANGÊNCIA

Lei prevê incentivos fiscais para a reforma e transformação de edifícios antigos no centro da cidade

JULIANO ZORZI

[Leia Mais](#)

OPINIÃO

DIREITO TRIBUTÁRIO

ADC 49 E A NÃO CUMULATIVIDADE

Manutenção dos créditos de ICMS nos deslocamentos interestaduais de mercadorias

ALESSANDRA OKUMA e ANA MARIA CARVALHO

[Leia Mais](#)

OPINIÃO

IMPACTOS DE IRPJ E CSLL PARA CONTRIBUINTES COM PREJUÍZOS FISCAIS ACUMULADOS

Por Eloisa Curi e Luciano Burti

Como amplamente divulgado, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em março de 2017, favoravelmente aos contribuintes com relação à tese da exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) (RE nº 574.706-PR), fixando neste ano de 2021 que o ICMS a ser excluído é o destacado. Tais decisões, embora tenham pacificado a "tese do século", acabaram por iniciar uma série de outras questões jurídicas que têm impactos práticos relevantes. Entre elas, destacamos o tratamento a ser dado

na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) quando o crédito assegurado pelo STF for reconhecido pelo contribuinte. Esse impacto na apuração do IRPJ e da CSLL varia de contribuinte para contribuinte em razão de sua opção e situação fiscal, sendo que, para os fins deste artigo, nos preocuparemos com aqueles contribuintes que carregam prejuízo fiscal e base negativa de CSLL acumulados.

[Leia Mais](#)

OPINIÃO

TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL E A FORÇA DA EXTRAFISCALIDADE TRIBUTÁRIA: A LEI 14.119/21

Por Breno de Paula

A Constituição da República estabelece em seu artigo 225 que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[Leia Mais](#)

OPINIÃO

A IMPORTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E A 'NOVELA' DA RETENÇÃO NA FONTE

Por Diogo de Andrade Figueiredo

Apesar de não ser um tema recente, tem-se notado nos últimos meses uma grande discussão em torno da suposta mudança de entendimento da 2ª Turma de Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento, em 15/12/2020, do Recurso Especial (REsp) nº 1.759.081 sobre a possibilidade de retenção de Imposto de Renda na fonte sobre remessas efetuadas por fonte domiciliada no Brasil ao exterior a título de prestação de serviços técnicos ou de assistência técnica nos casos envolvendo países signatários de acordos de bitributação com o Brasil. Isso porque foi a primeira vez que uma das turmas do STJ decidiu pela aplicação do artigo 12 dos acordos de bitributação na hipótese de remessas internacionais realizadas para pagamento de serviços técnicos.

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)